



SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ACRE

## ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP COMPLETO - 21220657

(para contratação de bens permanentes e de consumo, serviços em geral, obras e serviços de engenharia por licitação)

*Guia de suporte ao preenchimento do ETP: 20487579*

### ID (PAC):

Núcleo de Administração de Serviços Gerais (Nuasg).

### A. Descrição sucinta da necessidade

Formação de registro de preços para eventual contratação de empresa especializada para Elaboração, Adequação e Aprovação de Projeto Básico e Executivo de Prevenção e Combate a Incêndio e Pânico do edifício sede da Seção Judiciária do Acre (SJAC) junto ao Corpo de Bombeiros Militar do Acre (CBMAC).

### B. Justificativa expressa para a contratação

**A contratação é necessária para/porque** *(expor a finalidade e os motivos da necessidade da contratação)*

A Lei Estadual nº 1.137/1994 dispõe sobre a segurança contra incêndio e pânico delegando a competência ao Corpo de Bombeiros do Estado do Acre (CBMAC), o estudo, a análise, o planejamento, a fiscalização e execução das normas que disciplinam a segurança das pessoas e dos seus bens contra incêndio e pânico em todo o estado.

A mesma lei investe ao CBMAC ainda a responsabilidade pela expedição de licenças para o funcionamento por meio de Certificados de Aprovação dos sistemas de segurança contra incêndio e pânico. Entretanto, antes da execução de todo e qualquer sistema de segurança é necessário inicialmente a elaboração de um projeto. E no caso do prédio sede da Seção Judiciária do Acre (SJAC), é necessária a revisão do projeto atual, seguida da elaboração de projeto atualizado.

**A não contratação implicará** *(expor as consequências advindas da não contratação)*

O risco da não contratação é acima de tudo de ordem física. Primeiro por sujeitar ao infortúnio os bens patrimoniais do órgão sem um sistema de segurança atualizado. Mas, principalmente, por colocar em posição de ameaça a segurança dos servidores e próprios jurisdicionados no interior do prédio sede.

### C. Alinhamento da demanda com diretrizes e metas institucionais

A proposta está em consonância com a Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021-2026, associando-se ao macrodesafio "Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária e Financeira".

### D. Proposta de solução

#### D.1. Alternativas de solução disponíveis no mercado

Não se aplica.

A elaboração do projeto é requisito fundamental para a execução do serviço objeto deste processo. É o projeto que a ser elaborado pela futura Contratada que constarão as peças e elementos técnicos necessários para a execução do Sistema de Prevenção e Combate a Incêndio e Pânico do edifício sede da Seção Judiciária do Acre (SJAC).

Ademais, é pertinente destacar que a SJAC não dispõe de profissional com a expertise necessária para elaboração do projeto em tela.

## **D.2. Estimativa de preços das soluções encontradas**

O valor estimado total estimado para a intervenção do Sistema de Prevenção e Combate a Incêndio e Pânico do edifício sede SJAC é de R\$ 150.000,00, conforme previsto no Plano de Obras (0000740-06.2024.4.01.8001).

Entretanto, como apresentado na Informação de Preço Referencial (21220639), apenas para a contratação do novo Projeto de Prevenção e Combate a Incêndio e Pânico do edifício sede SJAC, estima-se o valor de R\$ 43.000,00 (quarenta e três mil reais).

## **D.3. Razões da escolha da melhor solução** (justificar técnica e economicamente o que o levou a escolher a solução)

Como supracitado, a elaboração do projeto é requisito fundamental para a execução do serviço objeto deste processo. É o projeto que a ser elaborado pela futura Contratada que constarão as peças e elementos técnicos necessários para a execução do Sistema de Prevenção e Combate a Incêndio e Pânico do edifício sede da Seção Judiciária do Acre (SJAC).

E, considerando ainda que a SJAC não dispõe de profissional com a expertise necessária para elaboração do projeto em tela, a contratação dessa peça técnica se torna a única solução para a continuidade de resolução da necessidade.

Com essa escolha buscou-se alcançar a eficácia e eficiência, não obstante da economicidade da Administração, em atenção aos recursos sociais, ambientais e econômicos disponíveis.

## **D.4. Justificativas para o parcelamento ou não da solução**

No que se refere a elaboração de projetos de engenharia e arquitetura, a área técnica define que o parcelamento gera conflitos de compatibilização dos projetos e uma dificuldade na imputação de responsabilidades.

Além disso, a Administração possui recursos escassos e a contratação de serviços em separado traz uma maior necessidade de distribuição das tarefas entre vários servidores, o que nesse momento poderia inviabilizar a elaboração dos projetos e posterior execução dos serviços.

Ponto que também merece destaque é o atendimento a dois princípios básicos da Administração Pública - Economicidade e Eficiência. O primeiro pelos custos diretos e indiretos que seriam acrescidos nas contratações em separado, como Fiscalização e utilização de mão de obra da Administração, sem falar nos processos licitatórios e gestões de contratos em separado. Quanto ao segundo, conforme já citado, atualmente não seria possível à realização e fiscalização de vários processos em separado, o que comprometeria o resultado esperado pelos usuários.

Haverá ainda ganho de escala pela diminuição dos custos de mobilização e desmobilização, custos de administração central e custos de licitação, caso tivesse mais de uma empresa contratada.

### **D.4.1. Aplicação de cotas a microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP)** (somente para bens de natureza divisível em que cada item ou lote de licitação tiver valor estimado superior a R\$ 80.000,00)

Não se aplica.

## **E. Requisitos da solução escolhida**

### **E.1. Requisitos qualitativos e quantitativos** (e análise das contratações anteriores)

A elaboração do novo Projeto de Prevenção e Combate a Incêndio e Pânico do edifício sede da SJAC requer que sejam respeitadas as etapas qualitativas:

1. Etapa: Conferência e atualização dos atuais Projeto Arquitetônico e Projeto de Prevenção e Combate a Incêndio e Pânico; e Aprovação do novo Projeto de Prevenção e Combate a Incêndio e Pânico pelo CBMAC;
2. Etapa: Apresentação do Projeto Executivo do Sistema Prevenção e Combate a Incêndio e Pânico do edifício sede da SJAC, incluindo a memória de cálculo, memorial descritivo, orçamento sintético, orçamento analítico, lista de materiais e cronograma físico-financeiro para sua execução;
3. Etapa: Fiscalização da execução do novo Sistema de Prevenção e Combate a Incêndio Pânico aprovado pelo CBMAC.

A obtenção do Certificado de Aprovação do Imóvel pelo CBMAC ficará a cargo da empresa responsável pela execução do sistema.

No que se refere a requisitos quantitativos, estes apenas poderão ser apresentados junto ao projeto executivo do referido objeto.

## **E.2. Critérios de sustentabilidade**

Os materiais empregados e os serviços executados, contínuos ou eventuais, deverão obedecer a todas as normas pertinentes ao objeto do contrato, existentes ou que venham a ser editadas, especialmente as seguintes:

- IN nº 01/SLTI, de 19 de janeiro de 2010 – Dispõe sobre critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional;
- Lei nº 10.295, de 17 de outubro de 2001 – Dispõe sobre a Política Nacional de Conservação e Uso Racional de Energia;
- Portaria nº 23, de 12 de fevereiro de 2015 – Estabelece boas práticas de gestão e uso de energia elétrica e de água nos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, e dispõe sobre o monitoramento do consumo desses bens e serviços;
- Portaria nº 2.296, de 23 de julho de 1997, e atualizações – Estabelece as práticas de projetos, construção e manutenção de edifícios públicos federais, a cargo dos órgãos e entidades integrantes do SISG;
- Resolução CONAMA nº 307, de 5 de julho de 2002 – Estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil.

## **E.3. Critérios de acessibilidade**

Não se aplica.

## **E.4. Demonstração de que o mercado atende aos requisitos mínimos** (nos casos de licitação que compreendam bens permanentes e/ou bens de consumo)

Como demonstração de que o mercado atende aos requisitos desta contratação tem-se as propostas de apresentadas no Pregão Eletrônico n.º 90010/2024, no qual 30 (trinta) empresas ofertaram seus serviços, conforme documento 21220637.

## **F. Descrição da solução como um todo**

### **F.1. Resultados pretendidos com a solução escolhida**

Por meio da solução proposta pretende-se atender as exigências relacionadas ao Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Acre, e com isso salvaguardar os bens patrimoniais e, especialmente, o quadro de servidores e jurisdicionados desta SJAC.

### **F.2. Contratações correlatas e/ou interdependentes**

Contratação da execução do novo Sistema de Incêndio e Pânico do edifício sede da SJAC.

### F.3. Adequações do ambiente do órgão impostas pela solução escolhida

Não se aplica.

### F.4. Descrição integral da solução

A solução desta iniciativa pode ser descrita como a contratação de empresa especializada na elaboração, adequação e aprovação de Projeto de Prevenção e Combate a Incêndio e Pânico do edifício sede da Seção Judiciária do Acre junto ao Corpo de Bombeiros Militar do Acre.

Superada essa etapa, a Seção Judiciária do Acre providenciaria uma segunda contratação direcionada a execução da atualização do Sistema de Projeto de Prevenção e Combate a Incêndio e Pânico do edifício sede da Seção Judiciária do Acre, o qual também deverá ser aprovado pelo Corpo de Bombeiros Militar do Acre em momento propício.

### G. Declaração de viabilidade

Com base nas informações levantadas ao longo do estudo técnico desenvolvido, declara-se que a solução apresentada é viável para prosseguir e ser concretizada, pois a necessidade apontada é clara e adequadamente justificada; está alinhada com os objetivos estratégicos do órgão e com os programas/atividades formalmente estabelecidas para a Unidade Requisitante; é a melhor solução; os resultados pretendidos atendem aos requisitos apresentados e agregam valor em termos de economicidade, aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis, bem como melhoria da qualidade dos serviços ofertados à sociedade; e as providências para adequar o ambiente do órgão foram orçamentariamente planejadas.

### H. Nome e assinatura dos responsáveis pela elaboração e pela revisão, supervisão e controle de qualidade do ETP

Responsável pela elaboração: *(servidor da unidade requisitante)*

**Rogério Melo**  
Sermob

Responsável pela revisão, supervisão e controle de qualidade: *(diretor)*



Documento assinado eletronicamente por **Rogério Victor Alves Melo, Assessor(a) Adjunto IV**, em 31/08/2024, às 15:11 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Wanderley Araujo de Castro, Diretor(a) de Núcleo**, em 31/08/2024, às 16:53 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.trf1.jus.br/autenticidade> informando o código verificador **21220657** e o código CRC **27F68E57**.